

Cristovam defende cotas para negros

A proposta de criação de cotas para negros e alunos de escolas públicas é apoiada por Cristovam Buarque. "Faz quase 120 anos da abolição da escravatura e até hoje a elite intelectual, a elite econômica, a elite de todo tipo no Brasil é branca. Dá a impressão de que o Brasil é um país europeu e escravocrata." **Página 4**



"Precisamos pagar uma dívida com a raça negra do Brasil", afirma Cristovam

Tião Viana alerta para risco da gripe aviária

A gripe aviária "ainda não representa motivo para alarme", segundo Tião Viana. No entanto, diz o senador, "a Humanidade poderá presenciar uma grande tragédia caso o vírus passe por uma mutação que permita sua transmissão de uma pessoa para outra". **Página 4**



Tião Viana espera "medidas ousadas" do governo para prevenir a gripe aviária

O nó do Orçamento

Não há ainda acordo quanto aos valores para ressarcir os estados que perdem com a Lei Kandir

os governadores querem **R\$ 5,2 bilhões**

o Executivo ofereceu **R\$ 0**

o relator-geral garantiu **R\$ 3,4 bilhões**

falta para fechar o acordo **R\$ 1,8 bilhão**



Foto: Moreira Matiz

Governadores se mobilizam para garantir compensação pelas perdas com o estímulo às exportações

Queda-de-braço entre estados e União

O ressarcimento aos estados exportadores em decorrência da Lei Kandir mobiliza mais uma vez parlamentares e governadores na reta final da tramitação do Orçamento, tornando-se uma queda-de-braço com o governo federal. A quantia de R\$ 3,4 bilhões assegurada no relatório geral gerou grande insatisfação entre os governadores que perdem boa parte da receita fiscal do ICMS com os instrumentos do incentivo às exportações. **Página 3**

CPI ouve 11 depoimentos e decide sobre Duda

A CPI dos Correios tem agenda cheia hoje: serão ouvidas 11 pessoas em quatro sub-relatorias. O presidente da comissão, senador Delcídio Amaral, afirmou que o segundo depoimento de Duda Mendonça também deve ser definido de imediato. Delcídio garantiu que a CPI não encerrará suas atividades sem ouvir o publicitário. Duda Mendonça possui, conforme as investigações, pelo menos três contas ban-



CPI dos Correios (comandada por Osmar Serraglio, Delcídio e Asdrubal Bentes) quer ouvir Duda (foto menor)

cárias nos Estados Unidos: a Dusseldorf (empresa das Bahamas), por meio da qual ele admitiu ter recebido R\$ 10,5 milhões do PT via caixa dois/valerioduto, pelos serviços prestados durante

a campanha eleitoral de 2002; a Eleven (em Nova York) e uma no Ocean Bank (Miami). Há suspeita de que ele tenha usado em outras eleições o mesmo esquema de 2002. **Página 2**

Virgílio: Lula faz campanha fora do prazo

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, advertiu que o presidente Lula continua fazendo campanha eleitoral abertamente e fora dos prazos permitidos pela lei. Virgílio adiantou que o PSDB, que já entrou com sete ações contra o PT, vai acionar Lula na Justiça para coibir essa "imoralidade ética". **Página 4**



Segundo Virgílio, "Lula já admitiu que faz campanha 365 dias por ano"

Paim: inclusão da pessoa com deficiência

Paulo Paim alertou o Congresso Nacional para a necessidade de aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O senador destacou as atividades de dois deficientes visuais – Luciano Ambrósio e Santos Fagundes – que são seus assessores. **Página 2**



Paim analisa conquistas e dificuldades de portadores de necessidades especiais

Parlamentares devem ouvir representantes de empresas e de corretora, ex-diretores da Previ e do IRB, além de presidentes de entidades sindicais

Sub-relatorias da CPI dos Correios têm 11 depoimentos previstos

A CPI dos Correios tem agenda cheia para hoje. Estão previstos ao todo 11 depoimentos em quatro sub-relatorias. Na Sub-relatoria de Contratos, a partir das 10h, devem depor Geraldo J. Pereira e Marcelo Naufal, da empresa Promodal, e Pedro Vieira de Souza, da Beta/Promodal. Às 14h, serão ouvidos José Vanderlei de Medeiros, do Grupo GPT, e Willer Martins Giordano, da Promodal. Medeiros e Giordano são suspeitos de envolvimento com o pagamento de propinas a autoridades. O sub-relator é o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP).

Também hoje devem ocorrer, na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, os depoimentos de dois ex-diretores de investimento da Previ (fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil): Gilberto Audelino Correa e Luiz Carlos Siqueira Aguiar. Deve ser



CPI não encerrará atividades sem ouvir Duda Mendonça de novo, garante Delcídio

ouvido ainda Jorge Ribeiro dos Santos, da corretora São Paulo. O sub-relator é o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

A Sub-Relatoria do IRB ouve o ex-diretor do IRB Brasil Resseguros, Luiz Eduardo Pereira de Lucena. O sub-relator é o deputado Carlos Willian (PTC-MG).

Por fim, a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção,

a cargo do deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), realiza audiência pública com a presença de Jovita José Rosa, presidente da União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde (Unasus), e de Fernando Antunes, presidente da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon).

Duda Mendonça

De acordo com o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), o segundo depoimento de Duda Mendonça na comissão pode ser marcado nesta semana. O parlamentar garantiu que o colegiado não encerrará suas atividades sem ouvir o publicitário.

A apresentação do relatório final da comissão, que, pelas contas do relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), já tem cerca de 700 páginas, está prevista para 20 de março.

Seis MPs trancam a pauta do Senado

A pauta de votações do Senado está trancada por seis medidas provisórias (MPs). A lista começa com o projeto de lei de conversão (PLV 2/06) resultante das modificações feitas pela Câmara na MP 269/05, que, entre outras providências, cria cargos efetivos nas agências reguladoras, a serem preenchidos por concurso público, e reajusta sua remuneração.

Se a MP for votada, o próximo obstáculo é a MP 270/05, que abre crédito de R\$ 825,9 milhões em

favor da Câmara, do Senado, da Presidência da República, dos ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, entre outros. Crédito extraordinário a ser analisado, de R\$ 516,1 milhões, destina-se ao Ministério dos Transportes e ao pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais a idosos e portadores de deficiência. Desse valor trata o PLV 4/06, originado da MP 273/05.

As outras proposições a sobrestarem a pauta do Senado são a MP

271/05, que autoriza o repasse de R\$ 900 milhões pela União a estados e municípios, para incentivar as exportações e compensar as perdas de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos produtos exportados; o PLV 3/06, oriundo da MP 272/05, que reajusta a remuneração de carreiras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e o PLV 5/06, oriundo da MP 274/05, que atualiza o Plano Nacional de Viação.

Paulo Paim defende aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência

O senador Paulo Paim (PT-RS) exaltou as conquistas já obtidas e as dificuldades ainda enfrentadas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais. O parlamentar alertou o Congresso Nacional para a necessidade de aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

– Tragam o tema para o debate com a sociedade. Promovam, enfim, a inclusão da pessoa com deficiência – incentivou.

Em seu pronunciamento, Paulo Paim destacou as atividades de dois deficientes visuais que são seus assessores. Luciano Ambrósio foi aprovado no último vestibular da Universidade de Brasília (UnB) e conta sua trajetória pessoal no texto “A vitória do homem”, lido pelo senador em Plenário. O outro assessor, Santos Fagundes, desenvolve no Rio Grande do Sul o projeto chamado Cantando as Diferenças, voltado para a inclusão política das pessoas com necessidades especiais.

Em aparte, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse lamentar que o respeito às pessoas com necessidades especiais ainda dependa de leis. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), por sua vez, lembrou que tem feito inúmeros apelos para que a TV Senado transmita as sessões do Plenário



Paim destaca atuação de dois deficientes visuais que são seus assessores

também em Libras, a linguagem brasileira de sinais.

Manutenção

Paulo Paim celebrou a decisão do governo de cancelar a incorporação do valor do vale-transporte aos salários. A resposta do Poder Executivo veio apenas três dias depois de o parlamentar haver criticado em Plenário a incorporação, que, a seu ver, acabaria com uma “conquista histórica dos trabalhadores”.

A incorporação do valor do vale-transporte aos salários ocorreu por meio do artigo 4º da Medida Provisória 280/06, que estabelece a correção em 8% da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. A MP está sendo analisada pela Câmara dos Deputados. Por meio de uma nova medida provisória (283/06), publicada na sexta-feira passada, o Executivo revogou o artigo da medida anterior.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão do Plenário destinada a discursos

A partir das 14h, senadores se reúnem hoje em Plenário para pronunciamentos, sem votação de projetos. Amanhã, a sessão será igualmente não deliberativa. As votações devem ser retomadas na próxima terça-feira, quando o Plenário poderá examinar seis medidas provisórias que trancam a pauta de votações.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pela senadora Heloísa Helena

Critérios de rateio dos recursos da União devem ser revistos. Hoje o estado de São Paulo recebe 31,14% do total de recursos, e Mato Grosso fica com apenas 1,94%

Lei Kandir será assunto principal da reunião de líderes na CMO

Os líderes das bancadas com assento na Comissão Mista de Orçamento vão reunir-se na manhã da próxima terça-feira para discutir a decisão do relator-geral, Carlito Merss (PT-SC), de programar para este ano quantia inferior à de 2005 para compensar os estados exportadores pelas perdas com as isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as vendas externas de produtos primários e semi-elaborados.

O ressarcimento da chamada Lei Kandir mobiliza parlamentares e governadores na reta final da tramitação do projeto da lei orçamentária de cada ano, tornando-se uma queda-de-braço entre o governo federal e os representantes dos estados exportadores. A estratégia da área econômica e de Merss, um aliado do governo, foi “radicalizar” para tentar uma solução definitiva para essas compensações.

Na avaliação do relator, essa é a oportunidade de se definirem de uma vez por todas os repasses da Lei Kandir que acabam concorrendo com questões importantes como o salário mínimo, os recursos para a Saúde e a Educação, correção da tabela do Imposto de Renda na fonte e o reajuste do funcionalismo. Prioridades que foram negociadas por Merss para modificar a proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo. Ele lembra que o governo não reservou um centavo sequer para ressarcir os estados exportadores.

No entanto, a quantia de R\$ 3,4 bilhões assegurada no relatório geral provocou grande insatisfação entre os governa-



Carlito Merss acha que é hora de se definirem de uma vez por todas os repasses aos estados

dores que perdem boa parte de sua receita fiscal do ICMS com os instrumentos de incentivo às exportações. O relator setorial da área da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), adiantou que apontará, durante a reunião de líderes, o rompimento do acordo que previa mais R\$ 1,8 bilhão na fase do parecer final de Merss. Ele recordou que foi esse entendimento que viabilizou a aprovação do seu parecer.

Governadores

Vale disse que há um grupo de parlamentares que está em contato direto com os governadores. Pelas informações que ele recebeu, os governadores só concordam com a votação do relatório de Merss, que deve ser lido na reunião da CMO de terça-feira, se for restabelecido o acordo fechado durante a fase setorial.

Além de não totalizar o valor de 2005, quando foram assegurados R\$ 5,2 bilhões, o relatório geral prevê, segundo Anivaldo Vale, a vinculação dos repasses

da União à regulamentação do artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que definirá regras para esse ressarcimento aos estados por intermédio do fundo previsto na Lei Kandir. O prazo para sua regulamentação, acrescentou, é até este ano.

O relator setorial explicou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabeleceu que esse ressarcimento deve ser feito, mesmo sem o fundo estar regulamentado, por meio

de transferências diretas aos estados e aos municípios. Portanto, observou, os governos estaduais e as prefeituras estão amargando dois meses de prejuízo pelo atraso na votação do Orçamento.

Outro ponto importante, que será discutido na reunião de líderes, é a proposta do relator setorial de rever os critérios de rateio dos recursos da União para atender a Lei Kandir. A proposta conta com o apoio de Merss, que acha “indefensável” uma lei que privilegia um único estado. Neste caso é São Paulo, que abocanha 31,14% do total de recursos, enquanto exportadores líquidos recebem uma fatia muito pequena, como o Pará com 4,36% e o Mato Grosso com 1,94%.

Vale propõe levar em conta critérios que são utilizados na partilha de outros recursos para o fomento às exportações. Mesmo assim, São Paulo teria a maior participação, com 21,78% do total. O que, segundo Vale, aproxima-se dos 24,66% repassados para os cofres paulistas em 2005.

Relator estima a arrecadação líquida em R\$ 455,7 bilhões

Mesmo diante das ameaças do governo de bloquear o acréscimo de recursos estimados pelo Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento, o relatório final apresentado na quarta-feira da semana passada pelo deputado Carlito Merss manteve a reavaliação da arrecadação federal líquida de R\$ 455,7 bilhões para este ano, com um aumento de R\$

15,6 bilhões sobre o valor orçado pelo governo federal.

Esse reforço viabilizou principalmente o reajuste do salário mínimo para R\$ 350, cujo impacto nas contas da Previdência e da Assistência Social será de R\$ 5,7 bilhões. Também foi possível melhorar os investimentos e conceder reajustes ao funcionalismo.

Principais mudanças propostas pelo Congresso no Orçamento

Reavalia em **R\$ 15,6 bilhões** a previsão de receitas feita pelo governo para este ano, um acréscimo bruto de **3,7%**. O governo não concorda, mas os congressistas lembram que fizeram isso nos últimos anos e sempre houve acerto.

Aumenta o salário mínimo, a ser pago a partir de abril, de **R\$ 300 para R\$ 350**. O governo havia proposto um salário mínimo de R\$ 321.

Eleva os investimentos diretos do governo federal neste ano de **R\$ 14,3 bilhões para R\$ 21,2 bilhões**. Áreas mais beneficiadas: saneamento básico, transportes, habitação para baixa renda e saúde.

Corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em **8%**. O Executivo não havia previsto no Orçamento qualquer correção.

Destina **R\$ 5,1 bilhões** para aumento de salários das carreiras básicas dos ministérios. Os reajustes serão diferenciados e já vêm sendo negociados entre sindicatos e governo. O projeto enviado ao Congresso previa apenas **R\$ 1,5 bilhão** para os reajustes do funcionalismo.

Destina **R\$ 550 milhões** para implantação do Fundeb, provavelmente a partir do segundo semestre. O governo nada havia previsto para o fundo.

Aumenta em **R\$ 3,9 bilhões** a previsão de gastos do INSS com benefícios. O seguro-desemprego terá a mais **R\$ 1 bilhão**. Também há um acréscimo de **R\$ 700 milhões** na verba destinada aos benefícios que o governo paga, via INSS, a idosos ou deficientes de baixa renda (Loas).



Merss afirma que se esforçou para atender as demandas setoriais

Apesar de um volume de pedidos muito acima dos recursos disponíveis e das reclamações dos que não receberam o valor que pleiteavam, como é o caso dos governadores, o deputado Carlito Merss conseguiu atender, em seu parecer final, boa parte das solicitações encaminhadas pelos relatores setoriais.

Exemplo disso foram os pedi-

dos das Forças Armadas.

Merss recompôs o orçamento do projeto Soldado Cidadão, garantindo R\$ 350 milhões para a incorporação de 100 mil recrutas. Esse projeto funciona como uma das ações do governo para inserir jovens brasileiros no mercado de trabalho, e o relator atendeu um pedido expresso da Presidência da República.

No entanto, não foi possível, como o próprio relator explica, viabilizar o programa emergencial da Marinha, que precisava de R\$ 290 milhões este ano para consertar e abastecer os navios, evitando o sucateamento da frota. A arma, que se encontra em pior situação entre as três, obteve R\$ 192 milhões para suas necessidades emergenciais,

uma delas é adquirir combustível para patrulhar a extensa costa brasileira.

O programa da Aeronáutica para modernização e compra de aeronaves recebeu reforço de R\$ 175 milhões. Esse dinheiro imprimirá novo ritmo ao programa que ia ser desacelerado em decorrência de só ter recebido R\$ 300 milhões no projeto de

lei do Executivo. “O governo Fernando Henrique deixou as Forças Armadas em situação humilhante”, criticou Merss, atribuindo a premência orçamentária ao desmantelamento promovido pela administração passada.

O relator ressaltou que foram destinados R\$ 2,9 bilhões para as emendas individuais e R\$ 7,7 bilhões para as coletivas.

Roosevelt Pinheiro



Virgílio: o PT não processa o PSDB por ética, mas porque está sendo acionado

Virgílio diz que o PSDB vai continuar processando Lula

Na última sexta-feira, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM) disse mais uma vez que o presidente Lula "continua fazendo campanha eleitoral abertamente, utilizando a máquina pública e fora dos prazos permitidos pela legislação".

Segundo o senador, o PSDB, que já entrou com sete ações contra o PT, vai continuar acionando Lula na Justiça para tentar parar com o que ele classifica de "imoralidade ética".

– Ele está fazendo campanha eleitoral deslavada, viajando para inaugurar outra vez o aeroporto não sei de onde ou a pedra fundamental de algum lugar. Ele já admitiu publicamente que faz campanha 365 dias por ano; ou seja, admitiu que não trabalha. E é preciso que se dê um basta nisso – disse Arthur Virgílio.

Quanto à informação de que o PT também pretende acionar o PSDB, alegando que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmim, e o prefeito da capital paulista, José Serra, estariam antecipando suas campanhas eleitorais para a Presidência da República, Arthur Virgílio afirmou considerar o procedimento do PT normal, caso os dois estejam realmente descumprindo a legislação. Ele condena, no entanto, o motivo apontado pelo PT contra o PSDB.

– O PT diz que vai acionar o Alckmim e o Serra porque o PSDB está acionando Lula; ou seja, o PT não está preocupado com o direito, a lisura ou a ética, mas apenas com o fato de o outro [PSDB] estar tomando alguma atitude contra ele – explicou o senador.

Virgílio garantiu ainda que o PSDB não fará acordo com o PT para anular as ações na Justiça. "Nós vamos entrar com uma, duas, sete ou sete mil ações contra o presidente Lula toda vez que se portar como delinquente em relação à legislação eleitoral", concluiu.

Senador vê na reserva de vagas para índios e afrodescendentes uma maneira de mudar a cara da elite do país e de pagar uma dívida histórica com a raça negra

Cristovam defende cota para estudante de escola pública

“Defendo a cota para negros para que o Brasil, que é multirracial, tenha a dignidade de ter os negros participando de sua elite”. A afirmação é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), em entrevista à Agência Senado sobre a proposta de criação de cotas para negros e para alunos de escolas públicas nas universidades federais e estaduais.

– Nós, brasileiros, precisamos pagar uma dívida com a raça negra do Brasil. Faz quase 120 anos da abolição da escravatura e até hoje a elite intelectual, a elite econômica, a elite de todo tipo no Brasil é branca – analisa.

Cristovam tem credenciais acadêmicas e políticas para defender a proposta. Doutor em Economia pela Sorbonne, em Paris, foi reitor da Universidade de Brasília (UnB) por quatro anos e trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, de 1973 a 1979.

Eleito governador do Distrito Federal em 1994, ele conquistou o mandato de senador em 2002 com 600 mil votos, a maior votação da história do Distrito Federal. E, antes de assumir, Cristovam foi, por um ano e um mês, o primeiro ministro da Educação do governo Lula.

Implantou em 1996, como governador, juntamente com o reitor João Cláudio Todorov, o Programa de Avaliação Seriada (PAS). Novo sistema de seleção de alunos que realiza exames durante os três anos do ensino médio, em lugar da prova única do vestibular. Dessa forma, 50% das vagas na UnB são reservadas aos aprovados no PAS. Segundo Cristovam, com o programa, os alunos da escola pública passaram a vislumbrar uma chance de entrar na universidade, e os das escolas privadas, a sentir necessidade de estudar durante todo o ensino médio.

Cristovam, como ministro, iniciou vários programas que hoje são desenvolvidos pelo Ministério da Educação. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi um dos programas criados na sua administração.



Cota não beneficia reprovado, mas o que se chamava de "excedente", diz Cristovam

O Programa Universidade para Todos (ProUni) começou na gestão Cristovam com o nome de Programa de Assistência ao Estudante (PAE). Com uma diferença: o aluno que recebesse a mensalidade teria que ser alfabetizador de adultos. “Não acredito em lanche grátis – quem recebe do governo tem que dar algo em troca”, justifica o senador.

Na entrevista, Cristovam expõe algumas das suas idéias em defesa das cotas para negros e para alunos de escolas públicas nas universidades estatais.

Muita gente pensa que a cota é para entrar quem não passa no vestibular. É isso?

Primeiro, vamos a minha proposta para que se criem vagas para as pessoas de raça negra, índios e descendentes. Assim, não se tira vagas de brancos para negros, preenchem-se todas as vagas com os que passam no vestibular na ordem de classificação; depois, criam-se vagas para os jovens negros que passarem no vestibular e não estiverem nessa lista de classificação. Aí, pode-se dizer, até um limite de 10% das vagas. No meu tempo, essas pessoas que passavam no vestibular e não obtinham vagas eram chamados “excedentes”.

As cotas para os alunos das escolas públicas vão levar os pobres para a universidade?

A minha defesa da cota não vai mudar o fato de que 80% da população não entra na universidade. É um equívoco pensar que a cota vai beneficiar os mais po-

bres. No Brasil, eles não terminam a quarta série. As cotas vão beneficiar uma classe média mais baixa e a escola pública. Para a população pobre, é necessário criar condições para que 100% dos alunos terminem o ensino médio, o que exige a federalização da educação básica. Apenas um terço dos jovens brasileiros termina o ensino médio. Desses, talvez somente metade tenha condições de disputar o vestibular das universidades federais, uma vez que, em sua maioria, a concor-

rência sai de escolas privadas qualificadas. Em quase cem anos de universidade brasileira, tem sido negada, a milhões de jovens, a oportunidade de fazer o vestibular.

Críticos da proposta afirmam que a garantia de que os alunos das escolas públicas terão 50% das vagas nas universidades levará a classe média a migrar das escolas privadas para as públicas, concorrendo com os alunos da classe média baixa e burlando a intenção do projeto.

Não, isso apenas beneficiará as escolas públicas e seus alunos. Na hora em que a classe média colocar seus filhos na escola pública, aí sim esse ensino vai começar a melhorar, porque a classe média tem força de pressão. Os pais dos alunos de classe média falam com os professores em pé de igualdade, ou seja, exigem. Já o pai pobre fala com o professor humildemente.

Há os que afirmam até que sairão pessoas menos qualificadas das universidades. Como o senhor responde a essa crítica?

Um dia desses uma jovem me perguntou se eu iria a um médico que entrasse por cota na universidade. Respondi: quando você vai a um médico, você não pergunta em que faculdade ele estudou e quais foram as notas dele no vestibular. Não há uma correlação direta entre a classificação no vestibular e a qualidade do profissional.

Roosevelt Pinheiro



Tião Viana: mutação do vírus das aves poderá permitir contágio entre humanos

Para Tião Viana, gripe aviária é motivo de precaução

Para o senador e médico infectologista Tião Viana (PT-AC), a gripe aviária “ainda não representa motivo para alarme, e sim para precaução”. No entanto, ele reconheceu que, caso o vírus causador da doença passe por mutação que permita a transmissão de uma pessoa a outra, “a Humanidade poderá presenciar uma grande tragédia” – atualmente, o vírus é transmitido a humanos por meio do contato com aves infectadas. E, ao defender medidas “mais ousadas” por parte do governo federal, Tião Viana lembrou que a doença pode prejudicar as exportações brasileiras de carne de frango – setor em que o país é líder mundial.

Ao comentar o impasse que há na Europa quanto à vacinação de aves, Tião Viana afirmou que “a comunidade internacional precisa adotar uma posição uniforme sobre a doença”. Mas ele destacou uma das principais razões dessa polêmica: “Uma vacinação em massa pode levar ao surgimento de formas mutantes do vírus H5N1, e o medo de muitos cientistas é que uma dessas possíveis mutações permita o contágio pessoa a pessoa”.

O senador disse que o anúncio, por parte do governo, de um plano de controle e prevenção “é um passo importante”, mas não é suficiente.

– Temos de ser muito mais ousados – declarou.

Tião Viana frisou que as preventivas medidas são importantes também para as vendas externas, uma vez que “o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango”, e que a soja – um dos principais itens da pauta de exportações do país – é utilizada na ração de frangos.

– O vírus ainda não entrou de forma comprovada na América, apesar dos casos no Canadá e na Colômbia. Mas o risco existe devido ao movimento migratório das aves para o continente. Temos de estar preparados – explicou.